

Prof^a Gabriela Martin:

O Projeto Itaparica de Salvamento, sob minha coordenação, e do qual já tenho falado em outras reuniões, começou em 1981, e, em relação à CHESF, que o financia, teve um antecedente que foi o Projeto Sobradinho, também no São Francisco, coordenado pelo Prof. da Universidade Federal da Bahia, Valentin Calderón. Não pretendia falar aqui do Projeto Sobradinho, mas por causa de umas palavras do Prof. Igor Chmyz, quando se referiu a projetos que nunca foram publicados, vou dizer algumas palavras sobre ele.

O Projeto, como já disse, coordenado por Valentin Calderón, já falecido, membro honorário da nossa Sociedade de Arqueologia Brasileira, pioneiro da Pré-História do Nordeste, contava, na época, com dois grandes colaboradores, Yara de Ataíde e Ivan Dórea que, infelizmente, por circunstâncias que não conheço, deixaram o projeto que se continuaria, naturalmente, em Itaparica. Foram eles, portanto, que iniciaram os trabalhos do Projeto Sobradinho. Infelizmente, os materiais daquele projeto, com exceção de um pequeno opúsculo publicado pela CHESF, nunca foram publicados e tudo indica que nunca o sejam, porque não se conhece onde estão guardados. É o grande problema da Arqueologia. Os diários de campo, por muito bem feitos que estejam, são sempre muito pessoais e se o seu autor morre sem publicá-los, o trabalho morre com ele. Tenho essa experiência não somente no Brasil mas também em dez anos de pesquisa em Arqueologia clássica, na Espanha e na Itália. Quando há excessiva centralização nas mãos de um coordenador que morre, a pesquisa desaparece porque não foi publicada. Daí o meu empenho e insistência em pedir que se publiquem os materiais procedentes das escavações o mais rapidamente possível, mesmo que as conclusões ainda não estejam completas. Eu mesma, na minha comunicação sobre pintura rupestre, fiz a autocrítica de como algumas de minhas opiniões a respeito de sub-tradição Seridó eram diferentes das expostas pela Dra. Niède Guidon. Hoje tive que concordar com ela. Mas os trabalhos sobre os abrigos de Seridó estão publicados e assim os dei a conhecer à comunidade científica do Brasil.

Um dos pontos que proponho para discussões é a exigência de relatórios, publicados no mais breve espaço de tempo possível, inclusive também como forma de estimular as financiadoras dos projetos.

O Projeto Itaparica, no seu começo, seria conjuntamente realizado entre arqueólogos de Pernambuco e da Bahia, sob a minha coordenação e de Yara de Ataíde, mas posteriormente, achamos mais viável em termos operacionais e financeiros, dividir os projetos entre Pernambuco e Bahia e o acordo então estabelecido foi de que a área de Pernambuco ficaria sob minha direção e o lado baiano sob a responsabilidade da Universidade Federal da Bahia. O acordo nem sempre foi respeitado por alguns arqueólogos da Bahia, que realizaram escavações clandestinas em Pernambuco na Gruta do Padre, em Petrolândia, além de retirar materiais arqueológicos da Ilha da Viúva, em Itacuruba, também em Pernambuco, fato que comunicamos ao coordenador geral do Projeto, no lado baiano.

Quando começamos a trabalhar na área, vimos a grande potencialidade desse projeto e as possibilidades que oferecia para se realizar pesquisas dentro da área de Ciências Humanas não exclusivamente pré-históricas. Naturalmente que o termo "salvamento" pode-se entender mais como salvamento de materiais arqueológicos procedentes de sítios pré-históricos ou históricos que serão submergidos com a formação do Lago de Itaparica, mas entendemos que muitas informações relativas à Antropologia social e indígena poderiam ser coletadas antes que as novas estruturas sócio-econômicas modificassem o "habitat" atual, pois não se tratava unicamente de recuperação de objetos materiais, mas, também, de conservação da memória nacional.

Um dos problemas ou temas que deveriam ser estudados era o impacto sócio-cultural que a construção de uma grande barragem teria sobre as populações locais e especialmente sobre a população indígena como os Pankararu, Tuxá e os Atikum, de Floresta. Estes últimos, já fora da área da barragem, mas, de qualquer forma, relacionados com as mudanças importantes na área de Itaparica, no vale do São Francisco.

Fizemos um levantamento das técnicas empregadas pelos Pankararu, para fabricar cerâmica, e o mesmo será feito também entre os Atikum, dois grupos que fabricam cerâmica com técnicas estritamente pré-históricas. Com isso quero dizer que não utilizam nenhum meio que não seja exclusivamente indígena, sem nenhum objeto intrusivo europeu na fabricação da cerâmica, como consequência, trabalhos de etnologia comparada entre as cerâmicas indígenas atuais e a pré-histórica coletada em diversos sítios do vale, poderão ser feitas. Registro, aliás, o trabalho da professora Irnhild Wüst, de Goiás, aqui presente no nosso Simpósio, trabalho sério e já famoso, é que nos servirá de modelo.

Chamou nossa atenção que os registros eclesiásticos e cartoriais das cidades a serem inundadas seriam mudados de lugar, e conhecendo a mentalidade notarial e a ignorância e o descaso dos pequenos funcionários que cuidam desses arquivos e seu desconhecimento da importância de conservar documentos antigos, pensamos na necessidade de se resgatar uma vasta documentação, que poderia ser importante. Procuramos, assim, também viabilizar a realização de um trabalho histórico.

Não vou falar da parte histórica do projeto porque está aqui presente a Prof^a Socorro Ferraz, que coordena a pesquisa histórica na área e que falará logo a seguir. Registro, também, que a pesquisa antropológica é dirigida pela Dra. Judith Hoffnagel, da Universidade Federal de Pernambuco.

As equipes são independentes no seu trabalho, porém há um relacionamento perfeito entre elas, pois o fim é o mesmo, tanto que, independentemente das monografias que se elaborem a partir do projeto, entre as que já contamos com projetos de tese de doutorado da Prof^a Jacionira Silva Rocha e vários projetos de dissertação de Mestrado em Pré-história, História, Antropologia e Geologia, pretende-se, como documento final, não um simples relatório de atividades e sim a transformação da pesquisa no livro "O Homem do São Francisco, da Pré-história até Hoje".

Nas prospecções arqueológicas entramos também, necessariamente, em contato com a população local e surgem fatos que não estavam programados mas que, muitas vezes, são extremamente interessantes, etnograficamente falando. Citaremos como exemplo o achado de um tear manual, de princípios do século, na casa de uma senhora, cuja casa seria destruída pela inundação. Conservava ela também a roca e o fuso de fiar, além de outros instrumentos para a fabricação de redes. Compramos todo esse material que a CHESF transportou e que, devidamente restaurado, será instalado num museu.

Outro exemplo, que escapa às pesquisas arqueológicas, foi a recuperação de filtros de pedra, fabricados por um velho artesão, a partir de uma canteira de arenito que também será inundada. Procuramos comprar alguns exemplares e, sobretudo, conseguir da CHESF que retirasse parte dos blocos de arenito, para que o artesão possa seguir trabalhando essas peças, únicas no seu gênero.

Há um grande trabalho etnográfico e histórico a se fazer e que foi sendo detectado, segundo fomos nos adentrando na área e na medida que nossos contatos com a população local eram maiores.

Numa área tão extensa para pesquisas, achamos que a metodologia mais apropriada seria a que o PRONAPA recomendou para casos semelhantes. Realizamos prospecções em grandes áreas, o que permitiu assinalar o maior número possível de sítios, realizando-se sondagens nos sítios de maior interesse, como abrigos sob rocha e nas ilhas, onde detectamos a presença de cerâmica arqueológica pertencente a grupos indígenas, depois aldeados em missões. Tivemos a sorte de que dois abrigos, um dos quais com gravuras rupestres e que proporcionaram abundante material lítico, estão fora da cota de inundação e poderão ser escavados na sua totalidade. Trata-se do Letreiro do Sobrado e do Abrigo do Sol Poente, que já nas primeiras sondagens, proporcionaram datações radiocarbônicas em torno de 2.000 e 3.000 anos AP, respectivamente. O caso da Gruta do Padre é diferente, pois este importante sítio, está situado na cota de inundação do Lago de Itaparica e sua escavação arqueológica deverá ser completada com a retirada dos blocos caídos do alto, na única área ainda não violada.*

As prospecções, por quilômetros e quilômetros, ao longo do rio São Francisco, têm assinalado a presença de inúmeras concentrações de material lítico lascado, que indicam acampamentos temporários de caçadores que se deslocavam com grande mobilidade. O estudo dos terraços fluviais mais afastados do leito atual do rio, programado para uma segunda fase, poderão assinalar as ocupações pré-históricas dos mais antigos caçadores do vale. No último número da revista CLIO, Série Arqueológica, e que já foi distribuído entre os participantes deste Simpósio, publicamos um estudo preliminar sobre as indústrias líticas identificadas nas pesquisas do projeto.

Na reunião de Arqueologia do Sudeste e áreas afins, celebrada no Rio de Janeiro, em novembro de 1986, fizemos uma comunicação sobre os resultados do projeto e apresentamos os materiais líticos mais significativos agora publicados. De forma que, temos procurado manter bem informada a comunidade científica do nosso trabalho e dentro desse espírito é que vamos apresentar já os primeiros resultados da escavação no Letreiro do Sobrado, na IV Reunião da SAB, em Santos, ainda este ano.

Nesta oportunidade em que estamos falando do Projeto Itaparica, não poderíamos deixar de agradecer à Companhia Hidroelétrica

* Nos meses de julho e agosto de 1987, retiramos os blocos e conseguimos escavar uma área intacta de 10 m² com dois estratos bem diferenciados, que proporcionaram abundante material lítico com lesmas de calcadônia, manchados polidos, cerâmica e abundante carvão. Os resultados serão publicados brevemente.

trica do São Francisco - CHESF, o apoio que nos tem dado. Não se trata somente de ajuda financeira, mas registro aqui a boa vontade e disponibilidade dos diferentes departamentos, que atuam em Itaparica, para resolver os problemas que se apresentam, como providenciar escafandristas para remoção dos troncos de uma floresta fóssil de 180 milhões de anos, do leito do rio, estudar a forma mais viável de se cortar e se retirar parte das gravuras rupestres existentes na beira do rio e que serão inundadas, etc. O resultado pode ser admirado nos dez blocos com gravuras que conseguimos retirar e que estão hoje na Exposição Arqueológica sobre Itaparica, na Biblioteca da Universidade.

É meu dever também assinalar o trabalho de microfilmagem de documentos, fotografias e vídeos, providenciados pela CHESF como apoio ao nosso projeto.

Dentro do Projeto Itaparica de Salvamento, iniciamos o sub-projeto "Missões religiosas no vale do São Francisco", quando descobrimos ruínas de edifícios coloniais em várias ilhas do vale que pertencem a Pernambuco. O levantamento da documentação, realizado pela equipe de História, o relato sobre a missão do São Francisco, feita por Frei Martinho de Nantes, e outras publicações sobre missões franciscanas e capuchinhas, nos assinalaram a presença de onze missões assentadas em diferentes ilhas: Zorobabel, Itacuruba, Ilha da Viúva, Pontal, Missão Assunção etc. Nunca foram realizadas escavações arqueológicas em missões religiosas no Nordeste, de forma que o projeto "Missões" será também um trabalho importante e pioneiro. Os trabalhos já começaram na Ilha de Zorobabel,* em Itacuruba, que será inundada e continuarão, depois, nas outras ilhas fora da cota de inundação.

Acho que simpósio que não publica os anais com os resultados das reuniões, é como se não houvesse acontecido. É por isso que há nosso empenho para que este nosso I Simpósio do Nordeste, seja gravado e comunicado que serão publicados, na íntegra, comunicações e debates.

Passo a palavra à Prof^a Maria do Socorro Ferraz, para dar continuação a esta apresentação do Projeto Itaparica de Salvamento.

Prof^a Maria do Socorro Ferraz Barbosa:

Eu me sinto um pouco como peixe fora d'água, porque este é um Simpósio de Arqueologia e eu trabalho com História, mas se tomamos um conceito maior da pré-história – tudo é história – estamos todos aparentados e nossas diversas disciplinas são auxiliares umas das outras como a Professora Gabriela assinalou.

O Projeto Itaparica de Salvamento, que se iniciou em 1981 foi, aos poucos, ampliando-se com o aparecimento de uma documentação muito mais rica do que inicialmente supunha-se.

Foi assim que o projeto, ampliado para as áreas de Antropologia e História, além de Paleontologia com o achado dos restos de uma floresta fóssil, que poderia ser recuperada, tornou-se uma pesquisa muito importante e também muito pesada. À proporção que o grupo de Arqueologia foi se adentrando na área, percebeu que havia possibilidade de se fazer um resgate maior do que simplesmente da documentação pré-histórica e fomos convidados a participar dessa equipe com a responsabilidade da parte histórica. Logo no início, encontramos uma documentação que era considerada mais lixo dos cartórios do que realmente documentos. Como vocês sabem, todos os arquivos cartoriais, não são ainda arquivos; são cartórios vivos que também funcionam como arquivos. Esses cartórios são da propriedade individual do tabelião, quer dizer, são propriedades dele, não é do Estado e as dificuldades iniciais são fundamentalmente essas. Quanto a como conseguir essa documentação, depende muito da percepção que o tabelião tenha dessa questão. Muitas vezes os livros são ligados de anotações muito gerais, mesmo nos livros do século XIX; neles estão contidas, muitas vezes, anotações sobre propriedades e de patrimônio de famílias que ainda hoje são necessárias para simples informação ou para inventários. Alegam os cartórios que não podem ceder de pronto essa documentação.

Encontramos nessa região, que compreende municípios como o de Floresta, Belém do São Francisco, Itacuruba, Petrolândia e Tacaratu, documentação cartorial, civil e documentação eclesiástica que são muito interessantes para a compreensão da organização social e da formação social dessa região.

A partir daí, temos vários objetivos dentro desse projeto que seriam: 1º) Conhecer os vários modos de produção, através dos quais essa sociedade se organizou. 2º) Entender o processo de ocupação da região que, segundo a bibliografia conhecida deu-se a partir do século XVII, ou seja, ocupação branca. Temos que fazer essa referência, porque, é claro, que a ocupação indígena já existia, naturalmente. 3º) Estudar os fatores que possibilitaram a distribuição da população.

Na documentação selecionada há indícios de presença significativa de população negra na região, e determinar fatores que possibilitaram o processo de aculturação das populações indígenas, branca e negra e conhecer a organização da distribuição da propriedade civil e da propriedade da Igreja, que é grande nessa região, constituíram vertentes de nossas pesquisas.

Parte da documentação já está microfilmada na Divisão de Pesquisa Histórica da UFPE, no Departamento de História da UFPE, e outra parte está na CHESF. A CHESF, no convênio que foi assinado, ficou a responsabilidade de microfilmar toda a documentação. Temos já 12 mil documentos microfilmados e dessa documentação foi possível levantar as hipóteses de trabalho, como o da importância do modo de produção escravista para a região agropastoril, contrariando a historiografia tradicional que sempre destacou incompatibilidade entre atividade pecuarista ou algodoeira e escravidão. Outra hipótese de trabalho considerada é a disparidade econômica existente entre a sociedade escravista do sertão e a litorânea agroexportadora; neste sentido pode-se afirmar a existência de um nível diferenciado de acumulação no mesmo modo de produção, sendo o sertão um espaço mais pobre, comparativamente à rica região açucareira do século XIX.

Há possibilidade de desenvolvimento de uma estrutura de poder mais aberta, em vista de certas peculiaridades do modo de produção daquela região. Tal especificidade deve ser entendida tendo-se em conta o baixo padrão de acumulação escravista dominante na economia do semi-árido, responsável pelo desenvolvimento de relações de produção alternativa à relação de produção escravista.

Essas são as nossas hipóteses de trabalho e o plano compreende várias etapas, das quais já cumprimos algumas. A primeira etapa é de coleta e de tipificação dos documentos; a segunda de catalogação e fichário; a terceira de restauração e microfilmagem; a quarta de análise e interpretação; e a quinta é de informatização. Quanto à metodologia, trabalhamos, é claro, com uma metodologia que se adapta bem a essas circunstâncias da região, porque são documentos dos mais variados, isto é, temos documentos muito variados: propriedade fundiária, como já me referi; civil e eclesiástica; propriedades da Igreja; documentos eclesiásticos muito importantes como recomendações Papais, quase que específicas para aquela região, em regulamentos como um que encontramos chamado Regulamento da Fábrica e todas as distribuições do "fábrico", etc. Inicialmente, pensávamos que era uma fábrica que havia na região, mas não era: são todas as posses e a propriedade da Igreja. A Igreja é mencionada como se fosse a fábrica e são as propriedades da Igreja que se regulamentam. Metodologicamente, partimos de dados históricos, econômicos, políticos e ideológicos, usando um instrumental teórico adequado para se efetuar análises concretas, na tentativa de obtermos uma explicação segura e sintética dos fatos históricos, da formação dessa sociedade.

Nessa perspectiva de compreender a formação social da região e definir sua concreção histórica, trabalhamos com estruturas econômicas e de poder, para o entendimento e explicação das contradições existentes nas relações de produção.

Ao trabalhar com as estruturas econômicas, políticas e ideológicas e depois fazer a catalogação e tipificação dos documentos, necessitamos, naturalmente, fazer a informatização e cruzar todas as variáveis que aparecem. Sem o auxílio do computador, seria muito difícil termos uma idéia exata de como se deu essa formação social, como ela é diferente. Podemos, por exemplo, compará-la com a formação social, com o mesmo modo de produção que é o escravista. Todos sabem que durante muito tempo, aprendemos nos manuais de História que ali não se implantou a escravidão. Toda a historiografia tradicional diz isso, e foi preciso que Jacob Gorender, numa tese sobre o escravismo colonial, colocasse a coisa de outra forma. Não existe ainda até hoje uma teoria geral que possa explicar ou que possa fundamentar a formação histórica da América Latina. Nesse caminho, nesse tentar, é que nós procuraremos dar uma pequena contribuição para a explicação da sociedade às margens do São Francisco.

Prof^a Gabriela Martin:

Podem ver todos de que forma, com essa introdução muito clara que a Prof^a Socorro Ferraz nos deu, como o leque de trabalho foi se ampliando e eu, para completar, apenas vou fazer referência ao fato de que um trabalho que começou a se desenvolver só na área de pré-história, teve que se ampliar para a arqueologia histórica. Acho muito bom que atualmente a Pró-Memória esteja interessada nos projetos de arqueologia, histórica, e prometendo ajuda, pois os

* A missão franciscana de Nossa Senhora do Ô, na Ilha de Zorobabel, foi totalmente escavada e descoberta a planta da igreja da missão, que estava intacta. As escavações continuaram até março de 1988, quando a ilha foi submergida pela formação do lago de Itaparica. (Nota do Editor).

projetos de arqueologia histórica anteriormente eram considerados de segundo plano. Eu não queria, honestamente, envolver-me em projetos de arqueologia histórica, mas quando começamos as primeiras prospecções nas ilhas, especialmente na Ilha de Sorobabel, da qual já tínhamos documentação, encontramos os restos da Antiga Missão Franciscana. Os restos da igreja estavam bastante visíveis e, apenas com uma primeira limpeza do terreno, deixou à vista uma parte da estrutura. Tivemos que deslocar uma parte da equipe, porque a ilha vai ser inundada e como temos já uma documentação, era importante o não restaurar obviamente, mas pelo menos conhecer a planta da igreja e saber que área realmente a Missão ocupava. Outro fato importante era conhecer os ritos funerários indígenas, de que falou a Profª Jacionira, sinceramente com elementos já europeus no seu exoval funerário, consequência dos contatos com os missionários. Vamos ter, no pouco tempo que nos resta, até que o lago comece a encher, tentar resgatar o máximo de informações. Nas primeiras prospecções encontramos uma cruz de bronze, que calculo deva ser do século XVIII. Em Arqueologia de salvamento não há especialistas em cerâmica, nem lítico, nem pintura rupestre; há especialistas em assuntos gerais – como dizemos em tom de brincadeira, mas tem um pouco de verdade –, e aí está a importância do coordenador: saber chamar as pessoas certas, no momento certo, para ajudar e não para se estabelecer monopólios científicos.

O mesmo podemos dizer a respeito do trabalho antropológico. Numa mesma área e sobre um mesmo tema, a presença de vários antropólogos enriquecem as possibilidades de pesquisa. Desde o começo do Projeto, contamos com a Dra. Judith Hoffnagel, que trabalha nas áreas indígenas, e tem sido também de grande importância a contribuição da Dra. Anne Marie Pessis, autora de um vídeo belíssimo sobre o Toré e outras danças dos Pankararú. Mais recentemente, estamos contando, também, com a colaboração da antropóloga Rosemary Machado, do Piauí, da equipe da Dra. Vilma Chiara e que realiza um interessantíssimo estudo sobre a biografia dos líderes indígenas das diferentes tribos.

Muito recentemente iniciamos, também, o estudo geomorfológico dos terraços fluviais do vale do São Francisco e sua ocupação na Pré-história, trabalho que está sendo coordenado pelo geólogo Valter Goldmaier, da UNISINOS.

O trabalho de todas essas equipes não seria possível sem o grande apoio que nos tem fornecido a CHESF, não somente financiando os projetos, mas é oportuno que se faça constar ajuda humana e a rapidez para resolver grandes e pequenos problemas que se apresentam numa área que, por ser área de segurança nacional, não se pode circular livremente. Registro, aqui, especialmente, o Departamento de Implantação do Reservatório – DIR, em Itaparica, e mais diretamente as pessoas de Amaury Pereira e Renato Gondim.

Vou encerrar aqui minha intervenção sobre o Projeto Itaparica na área de Pernambuco, para dar passo à discussão de outros problemas. Devolvo a palavra ao Prof. Igor Chmyz, para continuação dos trabalhos.

Prof. Igor Chmyz:

Eu só queria complementar ou lembrar o que já disse no início. Os projetos que estruturamos no Paraná, projetos de salvamento, incluem também a parte histórica. Só como exemplo, cito o projeto arqueológico Ilha Grande, que terá, além da cobertura dos sítios pré-históricos, o conhecimento de algumas estruturas como uma vila espanhola do século XVI, um porto possivelmente do século XVI e assim por diante. Passo a palavra à Cleonice Verger, que falará sobre o projeto Xingó, em Sergipe.

PROJETO XINGÓ DE SALVAMENTO, SERGIPE

Profª Cleonice Verger:

O espaço que nos foi cedido neste Simpósio será aproveitado para apresentarmos um pequeno relatório e um vídeo sobre a nossa participação num projeto de salvamento que será desenvolvido no município de Canindé do São Francisco. O vale do São Francisco foi ocupado em toda a sua extensão por inúmeros grupos indígenas e seus vestígios já comprovados através de registros detectados em sítios com pinturas e gravuras rupestres, assim como a presença de material lítico na área já prospectada.

Com a construção da barragem do Xingó, entre os Estados de Alagoas e Sergipe, faz-se necessário o resgate desse material arqueológico. O Núcleo de Pesquisa Arqueológica, da Universidade Federal de Sergipe, objetivando o salvamento dos sítios pré-históricos existentes, assinalou convênio com a Companhia Hidrelétrica do São Francisco - CHESF. Esse projeto atualmente encontra-se em elaboração e deverá começar no próximo ano, contando com a assessoria científica do Prof. Igor Chmyz, da Universidade Federal do

Paraná. (Foi apresentado vídeo sobre as primeiras prospecções realizadas na área onde se desenvolverá o projeto).

Prof. Igor Chmyz:

Nós teremos agora a apresentação de Marcos Galindo Lima, da FUNAI, que vai falar sobre projetos de salvamento nas áreas indígenas.

PROJETO DE SALVAMENTO NAS ÁREAS INDÍGENAS

Marcos Galindo Lima, da FUNAI:

Nosso trabalho não é propriamente de Arqueologia de Salvamento. O que estamos tentando fazer é uma pesquisa arqueológica nas áreas indígenas que possam ajudar aos processos judiciais de legalização de terras. É mais um campo que se abre para o reconhecimento da Arqueologia no âmbito social.

A população indígena, em geral, é uma população sofrida; mas a população do Nordeste, como disse o presidente Romero Jucá, é duas vezes sofrida, por ser indígena e por ser nordestina. O grande problema é a questão das terras que vêm sendo tomadas pelos posseiros, como aliás em todo o Brasil, mas há o agravante dessas terras não serem reconhecidas como terras indígenas, porque os índios, muitas vezes, já perderam seu biotopo característico e seus elementos culturais mais fortes. Há, evidentemente, grande dificuldade no reconhecimento das terras indígenas. Estamos vendo, diariamente, invasão de terras, conflitos e mortes de lideranças indígenas. Desde algum tempo, porém, acentuou-se a politização dos grupos indígenas que estão se reunindo e formando associações, não sindicatos, mas algo próximo, pra que a defesa dos interesses dos indígenas seja feita pelos próprios indígenas.

Atualmente, na FUNAI, vem se delineando uma nova política de ação, principalmente no âmbito cultural, estimulada até por pressão dos próprios indígenas.

As populações indígenas do Nordeste não apresentam as características físicas e os aspectos culturais que as caracterizam como índios aos olhos do branco. Se perguntarmos a um branco pouco instruído, o que é ser índio, ele descreverá um índio americano. No setor de cultura da FUNAI, temos procurado preservar o lado cultural, tentando restaurá-lo e trazer de volta ao índio sua cultura sem afastá-lo da civilização. Sabemos que é uma tarefa difícil.

Há um caso específico de que nós estamos tratando agora. É o caso Xucuru-Kariri, um grupo de Alagoas que vem reivindicando a regulamentação de sua área, com indenização dos posseiros da Mata da Cafurna. No ano passado essa área Xucuru-Kariri foi invadida pelos índios, pois era uma área sagrada, onde se realizava o Ouricuri. Houve conflito de grande porte, inclusive tiroteio, saindo muita gente ferida. Na área invadida, a FUNAI regularizou uma parte das terras, isto é, parte da Mata Cafurna, na Fazenda da Cafurna, e agora está tentando regularizar as áreas vizinhas, que também fazem parte da área indígena, como a Fazenda de Garrote, onde existe a antiga aldeia, a aldeia velha, de onde eles foram transferidos pelos padres, no fim do século XVIII ou começo do XIX. Já no começo do século XIX, essa aldeia ficava em cima da serra do Boiti. Os padres tiraram uma imagem da Igreja Velha, e a colocaram no centro da cidade. Os índios foram buscá-la e voltaram para a aldeia com a tal imagem de Nossa Senhora, e os padres a trouxeram de volta. Depois, acabaram convencendo os índios que, naquela área, a imagem não queria ficar. Mudaram a Igreja de lá e, conseqüentemente, os índios dispersaram-se e a área foi praticamente esvaziada. Ficou um pequeno grupo, os netos de antigos líderes Antonio Celestino e Manoel Celestino, e que lutam pelo reconhecimento da área como própria. A questão estava muito confusa, exatamente pela falta de registro da área, e sugerimos – o que foi aceito de imediato –, usar a Arqueologia para comprovação da ocupação indígena antiga nessas áreas. Como membro do Setor de Cultura, sugeri ao superintendente que fosse feita uma pesquisa arqueológica, na área em litígio: se houvesse ocorrências arqueológicas indígenas, serviriam para comprovação jurídica e prova da antiga ocupação pelos indígenas e assim foi feito.

Pedimos aos índios da região que comprovassem se existia restos da aldeia ou cemitérios indígenas. Em pouco tempo indicaram os locais.

Encontramos em cima da Serra do Boiti, num local conhecido como Pedra do Alpêndre, restos de urnas funerárias. Quando estivemos no local, notamos que já havia sido revolido um pouco, provavelmente pelos próprios índios, na busca de urnas. Pode-se comprovar com documentos, pode-se até contrapor a palavra de um branco contra a de um índio, ele dizendo que era uma área indígena ou que não era. A documentação geralmente não é específica e trata dos fatos tangencialmente. Não existia nenhum documento que provasse a chegada dos Xucuru-Kariri, que são dois grupos que se uniram, naquela área, em tempos anteriores. Felizmente encontramos

uma parte da documentação em posse do diretor do Museu Xucuru-Kariri, Luiz Torres, que foi de grande valia. Essa documentação já havia sido até publicada, mas ainda não tinha sido utilizada judicialmente. Fizemos o trabalho que está sendo anexado aos autos processuais. Também é bom esclarecer que o trabalho não foi feito completamente; apenas foi começado e está sendo anexado ao processo na medida em que vêm sendo feitas as análises das pesquisas e relatórios. Estamos confiantes de que essa área vai ser devolvida aos Índios Xucuru-Kariri.

Na subida da Serra do Boiti há um lajedo que forma um abrigo, com sedimentação de formação natural e também material arqueológico e ali foram encontradas as urnas funerárias. É a área que foi invadida e retomada pelos Índios Xucuru-Kariri.

O Ílder Antonio Celestino, que encontrou as urnas funerárias, já havia escavado um pouco e depois jogou terra no buraco que havia aberto, o que dificultou um pouco o trabalho, pois revolveu o material que estava em cima.

Na ansiedade de encontrar alguma coisa, alguma prova cultural dos seus ancestrais, escavaram desordenadamente e estragaram a parte superficial do abrigo, mas há uma boa parte do sítio que se encontra intacta.

Prof. Igor Chmyz:

Marcos, uma pergunta: esse trabalho foi feito realmente pelos Índios?

Marcos Galindo:

Sim. Eles tinham feito inicialmente um buraco à procura de cerâmica, mas depois que acharam algumas urnas, o cobriram de novo para protegê-las até a nossa chegada.

O número de sepultamentos detectados na área é muito grande. Junto às urnas descobertas pelos Índios, havia outras bem maiores com outras de menor tamanho nos seus interiores. Parte das urnas aparecem quebradas, mas é possível restaurá-las.

Prof. Ondemar Ferreira Dias:

Em primeiro lugar, já que foi colocada essa questão política do trabalho do arqueólogo, embora não queira fazer o papel de advogado do diabo, acho que devemos levar em consideração alguns problemas relativos ao trabalho em reservas indígenas e à justificativa de propriedade da terra das comunidades indígenas. Discuti isso, algum tempo atrás, com o ex-diretor do Museu do Índio, Prof. Carlos Moreira, que tem dedicado praticamente a sua vida inteira a esse trabalho de justificar a delimitação e a posse das reservas. Parece-me que a Arqueologia pode funcionar nesse sentido, mas temos que tomar cuidado para não sermos utilizados. A nossa dificuldade é justificar que o sítio arqueológico no qual nós trabalhamos pertence realmente, é propriedade de uma comunidade quando não sabemos se foi ela que produziu o sítio arqueológico. É a velha dificuldade que nós temos encontrado sempre, ou seja, acoplar o ocupante histórico atual com o ocupante que deixou o sítio arqueológico. Por isso parece-me que é muito importante que esses trabalhos sejam feitos muito bem apoiados pela documentação histórica, o que me parece fundamental. Nós sabemos que essas comunidades se sedentarizam já forçadas por processos históricos; nosso modelo normal de sociedade é floresta tropical, onde geralmente os grupos migravam por uma questão econômica e até mesmo por uma questão de organização dinâmica de sociedade. A cautela não vai diminuir a importância do trabalho dos arqueólogos para justificar propriedades indígenas, mas é bom lembrar que sempre esse trabalho tem que ser completado.

Não sei mais se é interdisciplinaridade, se é multidisciplinaridade, se é interrelação – são tantos os nomes que estão surgindo – se estamos fazendo trabalho interdisciplinar, multidisciplinar, polidisciplinar, heterodisciplinar, homodisciplinar, quando se trabalha com o mesmo objetivo, cada um contribuindo na medida do possível. O fato em si é simples: a magia semântica é que tem impressionado os incautos.

A segunda parte da minha intervenção obriga-me a ser advogado do diabo, pois é uma posição que quero que se estenda claramente. Não tenho nada contra meus colegas antropólogos. Eu mesmo, na medida do possível, posso até me considerar um antropólogo, embora tenha formação em História. No arqueólogo sempre há essa dúvida. O que é que nós somos? Posso me considerar, por direito e por conquista, um arqueólogo ou um antropólogo cultural, mas a recomendação da ABA, Associação Brasileira de Antropologia, é de que os arqueólogos não devem trabalhar em zonas de inundações, porque com isso estão homologando a política do governo de fazer salvamento. Isso implica em que toda pesquisa de salvamento, tudo o que foi discutido hoje aqui, em zonas que vão ser inundadas por essas novas hidroelétricas – e eu gostaria que fosse

desmentido ou confirmado pelo Museu Goeldi, que hoje ele já não está muito interessado em trabalhar diretamente nessas áreas, por uma recomendação da própria ABA – sofre um sério comprometimento. Os arqueólogos estão sendo coniventes com uma política que pode ser certa ou errada? Ou estão sendo realistas em salvar um sítio que será inundado de qualquer maneira? O nosso compromisso é um compromisso político de pressão dentro da sociedade atual? Ou é fundamentalmente um compromisso científico? Independente da posição de cada um, acho que esse assunto é de importância e eu acho que poderia ser discutido e colocado aqui.

Prof. Igor Chmyz:

Eu gostaria de dizer alguma coisa sobre isso que você falou. Por volta de 83, quando aquele caso do Toldo Chinbanguê, lá em Santa Catarina, estava no auge de uma área indígena que estava intrusada, o pessoal do CIMI-sul expedia, periodicamente, boletins informando sobre a situação, denunciando as arbitrariedades que estavam acontecendo lá e a dificuldade que eles tinham de provar a ocupação daquele espaço pelos indígenas desde tempos imemoriais; era essa a linguagem que eles usavam. Eu entrei em contato com o CIMI e fiz algumas considerações que, resumidamente, foram as seguintes: nós, trabalhando no sul, tínhamos uma noção do que ocorria lá, do ponto de vista arqueológico, e dois grupos de evidências arqueológicas apontavam para o Índio Caingangue que é o Impatã. Mas, ao mesmo tempo, não podíamos afirmar, com certeza, que aquele material era Caingangue; poderia ser Chocleiro, ambos do grupo Gê. É muito difícil desde que nós não possamos comprovar. Um dos raros casos é o Tupiguarani, que é um dos casos que se pode correlacionar, mas nos demais tem muitas dúvidas. Então não sei até que ponto essa informação arqueológica poderia servir de base ou pelo menos ajudar um pouco no problema da ocupação anterior pelos Índios.

O segundo caso, vamos dizer assim, é que o salvamento arqueológico esteja, de certa forma, acalmando consciências. Muitas vezes pensei sobre isso, porque os empresários que executam obras de usinas hidroelétricas e outras, sabem que têm que destinar alguma verba para a realização desse trabalho de salvamento de animais, salvamento arqueológico e assim por diante. À eles praticamente não importa a qualidade do trabalho; procuram realizar o salvamento a preços baixos. Um grupo de pesquisa que se submete a condições mínimas de trabalho, certamente não poderá executá-la satisfatoriamente. Eu já tive oportunidade de falar com altos funcionários que estavam parecendo vantagem agora, poderia redundar em aborrecimentos, porque seriam apontados como coniventes do mau resultado das pesquisas. Eu acho que deveria existir fiscalização dos trabalhos de salvamento, porque, quando um pesquisador solicita auxílio ao CNPq para realizar um projeto, o CNPq tem mecanismos que permitem avaliar a competência de quem vai executar aquele trabalho. O de salvamento, não. Que competência tem uma ELETROSUL ou uma ELETRONORTE para avaliar a capacidade de trabalho do coordenador, por exemplo? Eles não fazem consulta a ninguém, eles examinam o projeto, mas a parte que eles mais examinam é a última, que é a de orçamento; eles não estão interessados com a metodologia a ser empregada, vejam que, como citei, eles se recusam inclusive a publicar um relatório dos trabalhos; eu imagino isso como um não comprometimento para não publicar "porcaria", porque se figura no convênio a publicação do relatório, eles terão que publicar mesmo que seja uma droga. Tem acontecido, nós temos af para comprovar, após a realização do trabalho o relatório é encaminhado para a empresa que financiou o trabalho e ela própria acaba publicando sem nenhum esforço, então depende muito mais de nós.

Profª Dorath Pinto Uchôa:

O que eu vou dizer não é novidade para ninguém. Estou me posicionando como arqueóloga, como coordenadora de projetos, e me recuso, peremptoriamente, a viver atrelada a qualquer tipo de fiscalização de um projeto que eu desenvolva; faço aqui também em nome do meu colega Caio Del Rio Garcia. Evidentemente, a responsabilidade de alguém que coordena um projeto, seja ele de qualquer natureza – nesse caso nós estamos enfocando o caso de Arqueologia de Salvamento – cabe a quem concede verbas, saber a quem está dando. Coordenar um projeto não é qualquer arqueólogo que pode fazer. Ainda que arqueólogo, ele necessita de "know-how", necessita de um respaldo institucional, para que, se houver qualquer problema, a instituição também responda por isso. Justifico assim a posição de jamais um pesquisador se deixar atrelar por qualquer tipo de fiscalização.

Rosana Najjar, da SPHAN - Pró-Memória:

Eu queria assinalar também um ponto muito importante.

Agora, na ELETROBRÁS, já a nível de normatização, nos relatórios sobre o meio ambiente, já consta o item Arqueologia, e isso está abrindo espaço, inclusive de melhora da pesquisa e pode até aumentar o prazo de pesquisa, mas, em contrapartida, está acontecendo a contratação de arqueólogos fora das instituições, fora das equipes. Eu acho que vai de encontro ao que a Dra. Dorath colocou, e, por outro lado, em função desse novo mecanismo, finalmente oficializado, as empresas interessadas têm contactado com a SPHAN e se tem passado para as comunidades telex e telegramas, comunicando o interesse da realização de pesquisas.

Profª Sílvia Maranca:

Já que o assunto é esse, gostaria de dizer duas coisas. Em primeiro lugar, eu não tenho muita experiência em salvamentos, porque desde o início do Projeto Piauí, me dediquei ao Piauí, mas tive algumas e estou para ter outras. Gostaria de expor a minha idéia. Nós estamos começando na comunidade arqueológica a subdividir a arqueologia em fâtiás: arqueologia histórica, arqueologia de salvamento, arqueologia pré-histórica, etc. Eu acho que a arqueologia é uma só, e pergunto em que consiste esse objetivo que se põe no termo arqueologia? Na questão do salvamento, é somente uma questão de tempo, ou seja, a pressa de se fazer, por isso é que é chamada "de salvamento". Arqueologia de salvamento é uma pesquisa arqueológica como outra qualquer. As técnicas que se adotam muitas vezes em salvamento – e que já adotei – são por causa do tempo. Quanto às técnicas, estou de acordo, porém vou justificar o que estou dizendo: a Centrais Elétricas de São Paulo propôs à Reitoria da USP e o Museu Paulista foi indicado para fazer uma pesquisa nas usinas hidrelétricas que serão inundadas. A primeira delas é Três Irmãos, que vai ser inundada em novembro do ano que vem; a anterior era a Usina de Rosana, no Pontal do Paranapanema, e o que aconteceu foi o seguinte: a CESP propôs esse convênio, mas demorou muitíssimo para assiná-lo, razão pela qual deveríamos ter feito um trabalho em um mês e poucos dias na Usina de Rosana. Pessoalmente, como sou responsável pelas minhas pesquisas, recusei-me porque a área é enorme, eu tinha um mês e poucos dias, e achei que o que eu poderia ter feito seria exclusivamente uma coleta rapidíssima de superfície em alguns sítios. Como arqueóloga, me recuso a fazer um trabalho que eu considero que em nada contribui para a reconstituição da vida do homem pré-histórico. Trazer para o laboratório mil cacos, mil líti-cos, até ossos, e não ter nenhum outro elemento ou não ter ao menos uma coleta sistemática, porque não dá tempo de se fazer uma coleta sistemática, numa área como o Pontal de Paranapanema, que foi inundado pela Usina de Rosana, eu, como profissional, me recuso. Agora, a história continua e temos o problema da Usina Três Irmãos. A Usina Três Irmãos já tem o seu cronograma. A Centrais Elétricas de São Paulo tem um organograma desde 1972 a respeito de todas as usinas do Estado de São Paulo, e sei muito bem que os projetos das usinas são bem anteriores à época em que, eventualmente, eles nos chamam. Por exemplo, em Três Irmãos, eles me chamaram agora e queriam que eu começasse o trabalho imediatamente. Vou iniciar o trabalho, mas sei que eles dispõem de um cronograma muito anterior à época em que fomos solicitados. Para mim um projeto arqueológico numa área de inundação é um projeto arqueológico, pouco importa ser ao longo do Rio Grande ou ao longo do Rio Tietê, mas é um projeto arqueológico. Tenho que ter um tempo mínimo para poder dar resultados úteis à arqueologia dessa área, e é isso que estou atualmente discutindo com a CESP. O trabalho ainda não começou por problemas financeiros, mas o que estou discutindo com a CESP é o absurdo de se coletar exclusivamente material, rapidamente, para eles ficarem com a consciência tranquila. Eles poderão dizer: a arqueóloga Fulana de Tal foi e salvou. Só farei Três Irmãos porque para Três Irmãos tenho dois anos e acho que posso fazer um trabalho razoável. Nós deveríamos exigir mais tempo, maiores prazos, para fazermos um trabalho de salvamento. A questão física para mim é esta.

Prof. Igor Chmyz:

Só para reforçar o que a Dra. Maranca disse, na área de Rosana, onde trabalhamos, havia sobreposição de três camadas. A última delas, a mais antiga na ordem dos acontecimentos, tinha três metros de profundidade, e como seria possível abordar sítios desse tipo num espaço tão curto? Até hoje conseguimos, no Paraná, acompanhar todo o espaço de tempo usado pela usina em construção em Itaipu, porque havíamos nos antecipado à constituição da própria Itaipu Binacional. Ficamos sabendo da construção da usina de Itaipu e entramos em contato com a ELETROBRÁS, isso quatro anos antes. Depois, quando a Itaipu se constituiu, começamos a negociação. Então, deveríamos, também, nos esforçar junto àqueles órgãos e solicitar os planejamentos que têm. É claro, as obras são planejadas com muita antecedência e eles sabem que nós somos realistas. Nós

não nos conformamos com a perda de uma área da qual nunca mais teremos informações. Se outras instituições, que deveriam estar à frente para buscar esses dados e fornecer aos interessados não o fazem, então nós é que temos que fazer.

Prof. Altair Sales Barbosa:

Eu estou mais ou menos na linha da Profª Sílvia Maranca, e tenho duas colocações a fazer. Uma foge um pouco do tema e por isso vou dizer antes: é com relação à comunicação de Marcos Galindo. Acho muito importante todo esse trabalho que está sendo desenvolvido em áreas indígenas. Há um patrimônio que a gente deve também prestar atenção e que é muito importante para auxiliar tanto os trabalhos da Arqueologia com os trabalhos da Antropologia de modo geral. A respeito da origem da agricultura, geralmente as pessoas que trabalham em áreas indígenas estão preocupadas em salvar cerâmica, salvar pedras e esquecem, por exemplo, que existe um outro tipo de material, também muito importante, que são os cultí-ge-nos, as plantas cultivadas por alguns grupos indígenas que ainda preservam as formas originais ou as espécies originais e, é muito importante começar a se observar isso. Quando se acha milho, taioba, uma espécie de mandioca, cará e tantos outros tipos, e se começa a fazer uma listagem, vê-se que a listagem é imensa. Vou dar só um exemplo: até bem pouco tempo, se acreditava que o milho havia se originado no México porque lá existe teosinto e se acreditava que o milho teria se originado do teosinto. Porém, estudos bem modernos, de quatro anos para cá, estão mostrando que o teosinto não é o pai do milho, mas filho do milho e que o milho já existia em seu estado nativo na América do Sul, ao sul da calha do Rio Amazonas, no baixo platô do Amazonas, em Rondônia, na Bolívia e no Paraguai. Os geneticistas já estão afirmando que existiu milho nativo nesses lugares e mais recentemente, coletando essas sementes, visitamos todas as tribos do Xingu e constatamos que a maioria dos grupos já tinha abandonado a semente nativa. Só os Caiabi cultivavam, ainda, um tipo de milho, até então desconhecido e entre os Urue-au-au, encontramos um tipo de milho que, depois de analisado no seu aspecto genético, viu-se que é um milho não tripsacóide, quer dizer, é um milho muito primitivo, tão primitivo quanto o palameiro-taluquém, que existia no México. Então, eu pediria ao pessoal que trabalha em áreas indígenas, que preste bem atenção porque, às vezes, a sociedade está toda deteriorada, mas um grupo, uma ou outra família, ainda preserva aquelas sementes originais e essas formas originais são importantes para o arqueólogo elucidar uma série de problemas que nos afetam diretamente. Bem, esse era o primeiro assunto.

O segundo assunto é que acho que o debate de hoje, os trabalhos dessa mesa redonda, foram trabalhos fecundos e que levantaram uma série de problemas. A Profª Sílvia Maranca fez uma reflexão muito importante como também o Prof. Igor, na sua primeira palestra. São preocupações que têm, basicamente, um fundo, uma base em comum, e acredito que o Prof. Igor falou só para relembrar de que o arqueólogo trabalha por muito pouco. O arqueólogo não tem tanta força para exigir.

Acredito que toda essa questão, toda essa força que nós não temos, para nos impor, para que possamos fazer nossas exigências, depende de uma série de fatores. O primeiro fator básico, é que já está na hora de nós começarmos a discutir que papel desempenha o arqueólogo dentro da sociedade brasileira. A sociedade valoriza muito pouco nosso trabalho, nós não somos lidos por uma sociedade maior, nós não somos reconhecidos também por essa sociedade maior. Por que? Acredito que isso só pode ser entendido dentro de uma teoria maior, teoria que explica o nosso próprio subdesenvolvimento. Nós vivemos num país subdesenvolvido, a maior parte da população é marginalizada e por marginalidade se entende uma miséria global, aquela que anula no homem até a vontade de lutar pelo seu próprio destino. Um homem que passa fome, vai se preocupar com cacos de cerâmica? Temos que começar a analisar nossos problemas dentro desta ótica, porque nosso problema é educacional. Nossas escolas não cumprem nem a sua função primordial, que é ensinar o essencial. Nós fazemos arqueologia de que? A nossa arqueologia pré-histórica, em síntese, tenta reconstituir sociedades indígenas, a história das sociedades indígenas, mas quem é o índio dentro da sociedade nacional? É uma pessoa marginalizada muito mais do que os brasileiros de modo geral. Um grupo que nunca foi aceito, nunca foi absorvido pela sociedade nacional, apesar da grande contribuição que deu a nossa cultura e que entra todo dia em nossa vida; apesar disso, o índio não é valorizado, não foi absorvido. Depois há a carga de estereótipos que toda a sociedade carrega contra o índio. Esses são os problemas básicos, além dos nossos problemas particulares, que carregamos como arqueólogos. Eu acredito que essa falta de força decorre disso, mas, decorre também, de que nós, arqueólogos, temos que nos engajar numa luta maior, temos que ver um pouco além do nosso sítio e nos engajar numa luta nacional que integre toda a sociedade nacional e que envolva institui-

ções como o Conselho Indigenista Missionário como a própria União das Nações Indígenas. Unindo essas forças, que existem de forma fragmentada, aos poucos vamos também compreendendo, percebendo, o nosso papel e adquirindo força para juntos nos impor diante dessa realidade crucial da qual falaram os professores Silvia e Igor.

Prof. Igor Chmyz:

No meu trabalho coloquei, propositadamente, situações antigas: o Loureiro conseguiu um pedacinho do sambaqui de Matinhos para escavar, enquanto os operários desmontavam o resto, porque ele era uma pessoa bem relacionada com o governo. O Rodrigo Melo Franco de Andrade, fundador do Patrimônio Nacional, conseguiu que o nosso projeto tramitasse com uma velocidade à jato no Ministério da Educação e Cultura, porque, outra vez, era uma pessoa bem relacionada, era uma pessoa importante. Há outro caso, o da COPEL, que permitiu que nós usássemos o hotel que fica ao lado da construção, desde que pagássemos as despesas, outra vez devido a interferência de pessoas bem relacionadas.

A Profª Silvia Maranca está tentando desenvolver uma pesquisa apenas do outro lado do rio. O órgão que está financiando a nossa pesquisa é o mesmo que está relutando no caso dela; os tratamentos são diferenciados para o mesmo tipo de trabalho e praticamente na mesma área. O que é que está acontecendo? Será que agora somos alguém importante e a Maranca ainda não é? Isto está errado, completamente errado. Passo a palavra para o Prof. Ondemar.

Prof. Ondemar Dias:

Algumas considerações sobre o que falou o Prof. Altair: acho que a grande desgraça do Índio, é que ele foi escravo de um colono e de uma colônia que, por sua vez, já o era de Portugal. Nossa grande vergonha nacional é nós não termos Índios, não temos nada com os indígenas. A Pré-história americana tem uma data para terminar, e a história começa quando a história européia chega ao Brasil, quando a América se engaja nos interesses europeus. A História da América é a história européia da América. O Índio estava aí atrapalhando. Destaco, quando dou aula para os meus alunos na Universidade, que o Índio é lembrado em 19 de abril, junto com a árvore; as crianças se pintam de Índio, o estereótipo do Índio, que não tem nada a ver conosco, na dicotomia entre a nossa história e a pré-história. Esquecem tudo do Índio que continua vivo dentro de nós. Então não é um problema apenas nosso, é um problema geral, constitucional, é um problema de educação. Há 25 anos que leciono para futuros professores, justamente para mostrar a necessidade de mudar esse ponto de vista. Em algumas faculdades, a cadeira de Pré-história existia e acabou; em vez de irmos para frente, fomos para trás; isso, evidentemente, é uma questão de educação, e um governo que tentou dar ênfase à educação no Rio de Janeiro, a principal crítica que recebeu foi que só pensou na educação. Fez uma porção de centros integrados, esquecendo-se dos professores, porque foi incapaz de pensar que isso não era uma obra para quatro anos; era obra para muitos anos que viriam depois. Não estou defendendo o meu partido, simplesmente citando uma coisa que realmente aconteceu.

Acontece que na nossa educação européia formalizada, com perspectivas éticas e estéticas vindas da Europa, não há lugar para o Índio. Nós nos violentamos culturalmente quando pensamos que temos que trabalhar com Índio e cada um de nós se adaptou a essa realidade. Que podemos fazer para isso mudar? Acho que não é só a pressão institucional, não é só a pressão da SAB, não é só a pressão do Congresso, é a pressão pessoal, individual. No meu caso, a minha vida inteira com meus alunos, tenho falado, tenho tentado, tenho forçado isso, e se cada um fizer algo, se são cem falando, será muito mais importante do que três instituições falando ou mostrando a consciência do Patrimônio Nacional. Nossa voz poderá ser ouvida e outra coisa que também é muito importante é que as diferenças entre nós, geralmente, são colocadas a nível de método e nível de amor pela Arqueologia, muitas vezes nós nos separam de uma ação conjunta. Temos um ideal comum, mas anulamos isso pelas nossas diferenças institucionais e pessoais. Acho que é fundamental que nós, e não é demagogia, nos unamos pessoalmente em forma congregacionada. Tem sido uma preocupação do pessoal do Patrimônio, porque, realmente, nós ficamos até certo ponto fragilizados quando nem sabemos quem somos, quantos somos e o que é que estamos fazendo. Somente nós nos conhecemos como coletividade e nos unindo em torno de alguns princípios e alguns ideais é que vamos poder ser alguma coisa e não uma minoria esquecida. Não somos antropólogos, não somos historiadores, não somos coisíssima nenhuma para muita gente. Graças a uma política muito ativa da nossa Sociedade de Arqueologia-SAB, como organizadores de simpósios, hoje nós temos na platéia alguns antropólogos, alguns zoólogos, alguns biólogos, mas pouquíssimos historiadores, provavel-

mente porque realmente somos considerados por eles aquelas pessoas que dão importância aos coqueiros. Não é provocando nenhum colega, mas nenhum de nós trabalha pelo coqueiro, nenhum de nós trabalha para constituir grupos cerâmicos ou fases cerâmicas isoladas; nossa preocupação maior é o homem e a mulher, como ela existe e como ela se adaptou ao longo dos milênios nessa sociedade, vindo a formar a sociedade brasileira. Eu queria apoiar integralmente o Prof. Altair e dizer que tudo que se possa fazer nesse sentido eu e minha equipe faremos.

Cristiane, do Museu Paraense "Emílio Goeldi", Belém:

Eu só não queria deixar o que o Prof. Ondemar falou sem resposta no que se refere à posição do Museu Goeldi sobre as pesquisas de salvamento. Na área de Arqueologia, que é a área que eu trabalho, não estamos mais absorvendo esse tipo de trabalho porque não temos nem condições físicas, nem pessoal. Estamos mais do que saturados. Essa recomendação da ABA é coisa que os antropólogos do Museu assumem, nós não trabalhamos com projetos de salvamento porque dentro desses projetos não temos as condições ideais de pesquisa.

Rosana Najjar, da SPHAN – Pró-Memória:

A SPHAN está no momento mantendo negociações com firmas construtoras. Está em andamento um convênio com a ENGEFRIQ, que é uma das firmas de consultoria. Os termos são no sentido de que a partir do momento que estiver prevista a obra de uma usina, isto é, do papel até o início da obra – que geralmente demora de 5 a 7 anos – a pesquisa arqueológica deverá começar ainda no período do papel.

Prof. Adauto de Araújo:

Não sei como a coisa se passa na área de Arqueologia, mas acho oportuno citar que alguns pesquisadores da Fundação Osvaldo Cruz propuseram um trabalho no âmbito da saúde com a ELETRONORTE. A ELETRONORTE mantinha uma outra empresa, não vem ao caso o nome, uma empresa particular, e então essa empresa simplesmente repassava o dinheiro do governo a outra empresa, no caso a Fundação Osvaldo Cruz. Foi solicitado um contrato, e a cópia do contrato foi levada para o Departamento Jurídico da Fundação. Foi recusado por uma série de deficiências, uma delas, a mais grave, é que todo o resultado do trabalho seria de propriedade da tal empresa. Acho que isso é importante e que vocês devem tomar cuidado com essas subsidiárias.

Rosana Najjar:

Na SPHAN, existe toda uma estrutura jurídica baseada na Lei 3924 e no caso da Arqueologia, acho difícil que isso venha a ocorrer.

Profª Jannete Lima, da Universidade Católica do Recife:

Acho que Arqueologia no Brasil é geralmente Arqueologia de salvamento, porque o arqueólogo não tem um projeto a longo prazo, não tem grandes verbas a não ser por uma exceção muito rara. Parece-me que grandes áreas dedicadas a uma só pessoa, com uma só equipe, é um problema. Se uma área, por exemplo, vale do São Francisco ou Xingó, fosse dividida, quadriculada e cada quadro submetido a uma equipe e essas equipes coordenadas, acho que nós teríamos um resultado mais científico, mais rápido, mais sério. Esta é a minha posição. Agora, quanto às reservas indígenas, parece-me muito arriscado deixar o domínio de toda uma área, o Nordeste, digamos, com Marcos Galindo para que ele fique louco diante de tantos pontos a serem estudados, sem poder aprofundar nenhum. Isso me parece muito sério. Pessoalmente eu acho que essas reservas, já que têm um certo controle, não deveriam ser tocadas. Há muita coisa para o arqueólogo cuidar que estão se perdendo e se teoricamente estão sob controle de um órgão nacional, a FUNAI, acho que devem ter um arqueólogo, mas que esse arqueólogo não deve se estressar em trabalhos dispersos, em ir buscar arqueologia nesses lugares. Ele deve ser até uma garantia para que ninguém toque nesses pontos que são valiosos e poderão futuramente ser estudados.

As áreas indígenas de salvamento deveriam realmente ser divididas e estudadas com seriedade.

Marcos Galindo:

Só a título de esclarecimento, desejo dizer que não sou arqueólogo da FUNAI. Na FUNAI existe o Museu do Índio, que coordena

na toda a ação cultural do órgão. Foi agora aprovado, pela Portaria 175, de outubro de 1986, a regulamentação de um setor que já existia, o da Arqueologia, que coordena o trabalho arqueológico. Nesse caso específico dos Xucurus-Kariris, estou realizando um trabalho sob a coordenação da Prof^a Gabriela Martin. Sou responsável por esta pesquisa porque foi uma porta que se abriu e que está aberta também para os outros arqueólogos. A FUNAI não tem um arqueólogo, sou contratado como pesquisador e estou desenvolvendo esta função porque me foi dada a oportunidade, também está aberta para os outros pesquisadores, inclusive arqueólogos, que estão trabalhando em áreas indígenas. Outra coisa que eu gostaria de acentuar é a respeito da opinião do Prof. Odemar sobre a importância de se tomar cuidado na pesquisa no que concerne aos dados a serem utilizados. No caso Xucuru-Kariri, nós estamos podendo associar e cruzar dados, porque fomos felizes nos achados, isto é, encontramos além do material arqueológico, uma documentação histórica que pôde comprovar esses dados. Não podemos ainda afirmar que os Xucurus e Kariris, que foram dois grupos que se uniram e foram aldeados conjuntamente, sejam os mesmos que deixaram as urnas funerárias, mas podemos afirmar que aquelas urnas funerárias que nós encontramos, são de um período de ocupação posterior à chegada dos portugueses. A prova é que encontramos também faiança branca e cerâmica portuguesa, associadas a esse material. Estamos também tentando fazer uma correlação desse material com o material que foi encontrado na área dos Xucurus aqui em Pernambuco.

Prof. Igor Chmyz:

Eu gostaria de dizer mais alguma coisa com relação ao tema. Devemos ter em mente, também, ao abordarmos área de salvamento, a possibilidade de preservação de sítios arqueológicos e não apenas a escavação e retirada de todos os objetos. Tivemos uma experiência na área de Ilha Grande. Lá existe o povoado de Cidade Real do Boeral, fundação espanhola de 1554. Conversando com os dirigentes da ELETROSUL, surgiu a idéia de que se construísse um dique na parte frontal e lateral da área ocupada pelas ruínas para que elas não fossem atingidas pelas águas. Isso foi muito bem aceito pela empresa porque achou que seria um bom exercício para os engenheiros e projetistas. Mas lembro também que, no I Seminário de Arqueologia Histórica, no Rio, houve uma mesa redonda sobre as reduções jesuítas e missões no extremo sul do Brasil e estavam lá as pessoas que trabalham com esse assunto. Todos se manifestavam a respeito do tipo de caco, espessura do caco, cor do caco, e eu estava completamente deslocado naquela reunião, porque eu tinha preocupações outras, que eram a preservação das áreas das reduções, das vilas espanholas, enfim, mais ou menos tudo aquilo que aconteceu na mesma época nos Estados sulinos. Relatei para eles o que estava acontecendo, a possibilidade de nós preservarmos os vestígios de Cidade Real do Boeral, mas eu estava numa situação delicadíssima, porque havia outra preocupação por parte da ELETROSUL, um organismo completamente deslocado do que é educacional e do que é cultural. As ruínas de Boeral eram protegidas por lei desde a década de 50, porém nunca se criou uma infra-estrutura para que elas fossem preservadas. Quando houve a ocupação naquela região do Paraná, essas áreas foram invadidas, como aconteceu com áreas indígenas e como acontece, se o próprio Estado, se os organismos

dedicados a esses assuntos, não dão a devida importância, como é que nós vamos exigir que a ELETROSUL, por exemplo, dispenda gastos enormes na construção de um dique em volta, para que as vacas continuem pastando tranquilamente em cima dos vestígios da Cidade Real? Na verdade, é isto que está acontecendo, porque aquela área está ocupada por fazendeiros. Então é um outro dilema no qual nós nos colocamos: preservar para que?

Quero, mais uma vez, agradecer a Coordenadora do evento a oportunidade de que esse assunto continuasse a ser discutido. Como eu já disse, ele foi abordado em Curitiba durante a reunião da ABA e será novamente abordado durante a reunião da SAB, em São Paulo, e lá nós gostaríamos ainda de discutir alguma coisa sobre metodologia no trabalho de salvamento arqueológico. Agradeço a colaboração e a participação de todos na troca de idéias.

ENCERRAMENTO

Prof^a Gabriela Martin:

Cabe-me, como Coordenadora do I Simpósio de Pré-História do Nordeste, neste momento de encerramento de seus trabalhos, dizer algumas palavras.

Uso a expressão "encerramento dos seus trabalhos" apenas como Coordenadora. Como professora e pesquisadora, parece-me que, agora, é que ele começa. Pela primeira vez, reuniram-se especialistas de todo o Brasil para discutir, debater, informar e esclarecer os problemas de nossa arqueologia regional. Este encontro, de uma semana, parece-me, a partir de agora, ter um sentido de permanência e de constância, consolidado por um honesto e sincero desejo de verdade e de interesse pela pesquisa científica.

Tratamos aqui de coisas muito antigas, porém admiravelmente novas porque se referem ao ser humano.

A gratidão também é um sentimento de muitos séculos. Está registrada e aconselhada nos chamados "Livros da Sabedoria", em escrita hierática, no Egito faraônico.

Desenhar na rocha um pássaro ou um animal, na pré-história, é também uma forma de gratidão do homem primitivo à natureza. Sigo, portanto, o conselho do passado e digo que o êxito deste Simpósio é devido a muitas pessoas: a Dra. Dorath Pinto Uchôa, Presidente da SAB; ao Prof. Pedro Ignácio Schmith; aos Coordenadores dos Seminários, Professores Odemar Dias, Altair Sales Barbosa, Celso Perota, Niède Guidon e Igor Chmyz; ao Prof. Marcos Formiga, que presidiu a abertura; a vice-coordenadora, professora Alice Aguiar; ao CNPq e à Companhia Hidrelétrica do São Francisco, que financiaram o Encontro.

Nos desencontros da crise que o País atravessa, estou certa de que aqui foi dado um exemplo de entendimento, de respeito, de cooperação e de cordialidade. Exemplo oportuno, sem dúvida.

A todos que aqui conviveram com a hospitalidade nordestina, o "muito obrigado" do Núcleo de Estudos Arqueológicos e do Mestrado em História da Universidade Federal de Pernambuco e o "até logo" de seus diretores. Digo "até logo" porque, na próxima semana, começará o nosso trabalho de publicação dos ANAIS, garantia da permanência, por muitos anos – e talvez até por séculos – do que aqui foi dito e também de nossa cordial amizade.